

Brasília-DF, 15 de outubro de 2025

Lideranças Sindicais debatem Transição Energética Justa no Setor do Carvão com o Deputado Pedro Uczai



Nesta terça-feira (14), lideranças sindicais de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul se reuniram com o deputado federal Pedro Uczai (PT-SC) para discutir os desafios e as perspectivas da **Transição Energética Justa no Setor do Carvão**. O encontro, realizado por iniciativa do companheiro **Genoir José dos Santos**, contou com a participação da **Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI)** e abordou temas fundamentais para os trabalhadores do setor.

O debate central girou em torno dos impactos da transição energética nas comunidades dependentes da atividade carbonífera, com foco na necessidade de **mitigar os efeitos sociais e econômicos** sobre os trabalhadores. Foram apresentadas propostas para garantir políticas de **requalificação profissional e criação de alternativas econômicas sustentáveis**, além da defesa da **manutenção dos direitos trabalhistas** durante o processo de mudança da matriz energética.

As lideranças também solicitaram ao deputado Uczai que interceda junto à **Casa Civil** para a realização de uma reunião voltada à **nomeação dos representantes governamentais** no conselho responsável pela gestão da transição energética no setor do carvão. O parlamentar demonstrou disposição em apoiar a pauta e reafirmou seu compromisso com a **defesa dos direitos dos mineiros**.

Durante o encontro, o presidente da CNTI, **José Reginaldo Inácio**, destacou o **projeto da Usina Fotovoltaica CNTI/CTE**, enfatizando seu papel estratégico na geração de energia limpa e no fortalecimento das iniciativas sustentáveis da

Confederação. O deputado Uczai elogiou a proposta e se colocou à disposição para colaborar na sua viabilização. Também foi entregue ao parlamentar o **projeto comemorativo dos 80 anos da CNTI**.

Além disso, foi solicitado ao deputado apoio aos trabalhadores da **Coteminas**, diante das propostas apresentadas pela empresa em seu plano de recuperação judicial, marcadas por injustiças e possíveis implicações legais.

Ao final da reunião, o deputado Pedro Uczai reafirmou seu compromisso de seguir atuando em defesa dos **trabalhadores mineiros e da transição justa**, garantindo que o processo ocorra com **responsabilidade social, respeito aos direitos e valorização do trabalho**.

José Calixto Ramos — um legado que permanece vivo



A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI) presta homenagem e gratidão à memória de **José Calixto Ramos** — o eterno

Brasília-DF, 15 de outubro de 2025

companheiro Calixto — que nesta terça (14) completaria 97 anos.

Mais do que um dirigente sindical, Calixto foi um exemplo de liderança, firmeza, humanidade e ética. Com voz serena e convicções inabaláveis, esteve sempre a serviço dos trabalhadores e trabalhadoras do Brasil. À frente da CNTI e da Nova Central Sindical dos Trabalhadores (NCST), dedicou sua vida à defesa de um sindicalismo pautado na justiça social, na igualdade e no respeito à dignidade humana. Seus ideais permanecem vivos, inspirando todos aqueles que acreditam na força da união e da solidariedade.

Lembrar José Calixto Ramos é reafirmar o compromisso com a resistência, a ética e a luta incansável por direitos. É reconhecer que sua liderança foi, acima de tudo, um gesto de amor ao próximo e ao movimento sindical.

Hoje, seu legado floresce nas conquistas e nas esperanças que ele ajudou a construir.

Para sempre, Calixto estará presente — em cada luta, em cada conquista e em cada coração que carrega o sonho de um Brasil mais justo e inclusivo.

e equilibrada, "gradualiza" uma segurança jurídica, protege a economia e fortalece a justiça social. Representa um avanço civilizatório, compatível com a Constituição e com os direitos humanos: garante repouso mínimo de dois dias por semana e irredutibilidade salarial — ressaltou.

O senador lembrou que a redução da jornada é uma tendência mundial e citou exemplos de Portugal, Espanha, Chile e México, que já adotaram mudanças semelhantes. Ele destacou ainda dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) que apontam a possibilidade de criação de milhões de empregos no Brasil, caso a proposta seja aprovada, além de ganhos em saúde, bem-estar e igualdade de gênero.

— A redução da jornada vai beneficiar dezenas de milhões de brasileiros que, hoje, vivem exaustos em uma jornada 6x1, trabalham direto seis dias e descansam um. Temos, agora, a oportunidade de escrever mais uma página de justiça na história do nosso país: justiça social. O Brasil precisa, o povo brasileiro merece redução de jornada sem redução de salário. Essa vai ser uma conquista de todos. Todos ganharão com essa proposta — afirmou.

Fonte: Agência Senado

Paim defende redução da jornada de trabalho sem corte salarial



Jefferson Rudy / Agência Senado

Em pronunciamento no Plenário nesta segunda-feira (13), o senador Paulo Paim (PT-RS) destacou o relatório da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 148/2015, de sua autoria, que trata da redução da jornada de trabalho sem redução salarial. Relatado pelo senador Rogério Carvalho (PT-SE) na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), o texto prevê uma transição gradual até atingir o limite de 36 horas semanais.

— A PEC que põe fim à escala 6x1 e estabelece a jornada de trabalho para 40 horas semanais, num primeiro momento, e depois, ano após ano, reduz uma hora até chegar às 36. A PEC é viável, necessária

Audiência pública vai discutir aposentadoria especial para atividades desgastantes e arriscadas

Propostas concedem aposentadoria especial para diversas categorias, entre elas pedreiros, pintores e mecânicos



Fernando Frazão/Agência Brasil

O projeto principal confere aposentadoria especial para taxistas

A Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados discute, nesta quinta-feira (16), às 10 horas, a concessão de aposentadoria especial para categorias que exercem suas atividades em condições de desgaste físico, mental ou de risco acentuado. O plenário da reunião ainda não foi definido.

O debate foi pedido pelo deputado Hildo Rocha (MDB-

Brasília-DF, 15 de outubro de 2025

MA). Ele é relator do Projeto de Lei Complementar 89/03, que tramita junto com outras 151 propostas. Os textos reconhecem a natureza diferenciada de várias ocupações e buscam garantir um tratamento previdenciário específico.

A aposentadoria especial tem um tempo menor de contribuição e não exige idade mínima, mas cobra comprovação da insalubridade ou periculosidade do serviço.

O objetivo da audiência é discutir os efeitos sociais, econômicos e legais da aposentadoria especial para quem trabalha em condições que prejudicam a saúde ou colocam em risco a integridade física e mental.

Fonte: Agência Câmara

"Jornada 6x1 desagrega famílias", diz Pastor Henrique Vieira

Deputado cobrou apoio da bancada evangélica.



Em discurso proferido na tribuna da Câmara, o deputado Pastor Henrique Vieira (Psol-RJ) defendeu o fim da escala de seis dias de trabalho para um dia de folga como "absolutamente urgente". No discurso, o

parlamentar se dirigiu à bancada evangélica para pedir apoio dos "defensores da família", já que o regime reduz convívio familiar.

"É uma jornada que desagrega as famílias, precariza as famílias, rouba tempo de educação, convivência dos pais com os seus filhos", afirmou Vieira. Segundo ele, outra razão é que a maioria dos evangélicos trabalha nesse formato.

"A maioria das pessoas que lota as igrejas evangélicas do Brasil é gente trabalhadora que ganha até dois salários mínimos, é uma parcela do povão brasileiro. [...] Então, que tal a bancada evangélica, olhando para a sua base, para as suas lideranças, para os irmãos e as irmãs que frequentam as igrejas, possa se posicionar pelo fim da jornada de trabalho 6x1?"

Vieira também destacou que a escala impede a frequência dos trabalhadores na igreja, lugar de socialização: "A jornada 6x1 de trabalho ainda tem esse outro efeito de dificultar o convívio dessas pessoas naquilo que elas tanto amam, frequentar sua igreja".

Fonte: Congresso em Foco

Justiça do Trabalho deve julgar ação sobre cobrança de honorários advocatícios de sindicalizados

Para 3ª Turma, o caso envolve matéria trabalhista



A Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho reconheceu a competência da Justiça do Trabalho para julgar uma ação do Ministério Público do Trabalho (MPT) contra um sindicato para questionar a cobrança de honorários advocatícios de associados. Segundo o colegiado, o que se discute é a obrigação do sindicato de prestar assistência aos trabalhadores sindicalizados.

Sindicato encaminhava trabalhadores a escritório de advocacia

A ação civil pública foi motivada por uma denúncia de um trabalhador de que, ao procurar o Sindicato dos Trabalhadores em Hotéis, Restaurantes, Bares, Lanchonetes e de Turismo e Hospitalidade da Grande Florianópolis (SC) para obter assistência jurídica gratuita para mover uma ação trabalhista, foi encaminhado a um escritório de advocacia. No fim da ação, o valor que tinha a receber sofreu um desconto referente aos honorários advocatícios. A partir daí, o MPT apurou que a prática era recorrente.

Na ação, o órgão argumenta que os sindicatos têm a obrigação de prestar assistência jurídica gratuita à categoria que representa, e pediu a condenação da entidade de Florianópolis por danos morais coletivos, além da devolução dos valores descontados dos trabalhadores.

O sindicato, por sua vez, sustenta que o caso envolve um relacionamento contratual entre cliente e advogado e, portanto, não seria da competência da Justiça do Trabalho.

Matéria é trabalhista

O juízo de primeiro grau rejeitou a tese da incompetência e julgou o caso, condenando o sindicato a pagar R\$ 50 mil por danos morais coletivos. Contudo, o Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região entendeu que a questão da cobrança de honorários por advogado credenciado tem natureza civil e, portanto, está fora da competência da Justiça do Trabalho. O MPT, então, recorreu ao TST.

O relator do recurso, ministro José Roberto Pimenta,

Brasília-DF, 15 de outubro de 2025

destacou que o TST tem decidido que a Justiça do Trabalho é competente para examinar ações sobre representação sindical, entre sindicatos, entre sindicatos e trabalhadores e entre sindicatos e empregadores. No caso, segundo o ministro, não se discute a cobrança de honorários, mas sim a obrigação do sindicato de prestar assistência gratuita aos sindicalizados, sem o desconto de honorários contratuais. Trata-se, portanto, de matéria trabalhista.

Com a decisão, o processo retornará ao TRT para novo julgamento. A decisão foi unânime.

Processo: RRAg-1427-66.2018.5.12.0026

Fonte: TST

Entidades de servidores rejeitam proposta de reforma administrativa

Para deputada, reforma precisa ser discutida amplamente com sindicatos e sociedade



Audiência reuniu representantes de sindicatos e associações

Entidades de servidores públicos criticaram nesta terça-feira (14) a proposta de reforma administrativa apresentada na semana passada por um grupo de trabalho da Câmara dos Deputados. O tema foi debatido em audiência pública promovida pelas comissões de Administração e Serviço Público; e de Finanças e Tributação.

A proposta de reforma inclui novos critérios de remuneração e de progressão nas carreiras, avaliações de desempenho periódicas e mudanças nos concursos públicos e nas regras para contratação de trabalhadores temporários.

O presidente da Pública Central do Servidor, José Gozze apontou retrocesso e rejeitou a proposta por completo. “Quando atacam os direitos dos servidores públicos, como a estabilidade, atacam o cidadão, porque é pelas mãos dos servidores que o cidadão recebe os direitos constituídos e obrigatórios do Estado”, afirmou.

O evento reuniu representantes de 31 entidades de servidores dos três Poderes e do Ministério Público, sendo cinco centrais sindicais, dez sindicatos, nove associações, duas confederações, quatro federações e um fórum. Todos eles rejeitaram a proposta. Não houve participação do governo.

Não há ainda uma data para a votação da reforma. O presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), disse que haverá antes um amplo debate, visando a transparência nos gastos públicos e a eficiência dos serviços à população.

A audiência foi realizada a pedido das deputadas Ana Pimentel (PT-MG) e Professora Luciene Cavalcante (Psol-SP) e do deputado Rogério Correia (PT-MG).

“Uma proposta de reforma administrativa que pretende alterar a dinâmica e o funcionamento do Estado brasileiro precisaria ser debatida amplamente com os sindicados, é óbvio, mas também com toda a sociedade”, afirmou Ana Pimentel.

Além dos três requerentes, compareceram à audiência os deputados Luiz Gastão (PSD-CE), Alice Portugal (PCdoB-BA), Carol Dartora (PT-PR), Chico Alencar (Psol-RJ), Pedro Uczai (PT-SC), Tadeu Veneri (PT-PR), Talíria Petrone (Psol-RJ), Tarcísio Motta (Psol-RJ) e Túlio Gadêlha (Rede-PE).

Fonte: Agência Câmara

